

# ANÁLISE À PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

11 DE OUTUBRO DE 2024

# ORÇAMENTO DO ESTADO 2025

Após seis meses em funções, o Governo liderado por Luís Montenegro enfrenta agora um dos momentos mais cruciais da sua governação. A proposta de Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), que foi entregue no dia 10 de outubro formalmente ao Parlamento, é um teste decisivo tanto para o executivo como para a oposição. As negociações das últimas semanas refletem a complexidade do momento político do país, com as forças em jogo a tentarem encontrar um equilíbrio entre crescimento económico, justiça fiscal e sustentabilidade das contas públicas.

## COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

### **GOVERNO DE MINORIA PARLAMENTAR**

O XXIV Governo Constitucional, liderado por Luís Montenegro, em resultado da vitória da Aliança Democrática (AD) nas últimas eleições legislativas, é um executivo minoritário e, por isso, sem maioria na Assembleia da República. Feitas as contas, só a abstenção do Partido Socialista (PS) ou o voto a favor do Partido Chega garantem a aprovação do OE2025, que é a verdadeira prova de vida deste executivo.

### **NEGOCIAÇÕES COM O PS TERMINAM SEM ACORDO**

O OE2025 já foi objeto de negociações intensas e prolongadas entre o governo e as várias forças políticas, mas a sua aprovação está longe de estar garantida. As negociações com o PS ainda não produziram uma posição clara. O executivo selou a versão final do documento sem alcançar um acordo, apesar de o Governo ter adotado algumas das preocupações dos socialistas relativamente aos IRS Jovem e ao IRC, uma bandeira do Programa do Governo da AD.

### **A AMBIGUIDADE DO PARTIDO CHEGA**

O Chega, a terceira força política no Parlamento, poderá ser um ator crucial na viabilização do Orçamento do Estado no caso de o PS votar contra. Inicialmente, o partido liderado por André Ventura, apresentou uma posição rígida, exigindo um referendo sobre imigração como condição para apoiar o Orçamento. Contudo, a sua postura tem oscilado. O partido afirmou que o seu voto será "irrevogável" contra o Orçamento se houver acordo com o PS. Depois, Ventura flexibilizou a sua posição, afirmando que tudo faria para evitar uma crise política, sendo que, numa entrevista televisiva na noite da entrega do Orçamento, regressou à posição de votar contra, instando o Governo a apresentar uma nova versão.

### **POSSIBILIDADE DE NÃO APROVAÇÃO**

Este jogo de forças reflete a dificuldade em formar alianças duradouras para aprovar o Orçamento. Se o Orçamento não for aprovado, o cenário político pode tornar-se bastante instável. Há sempre a possibilidade de o Governo tentar renegociar o Orçamento ou apresentar um novo documento, mas, se o impasse se prolongar, isso pode conduzir a uma crise política com a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas por parte do Presidente da República. O executivo liderado por Montenegro tem, assim, uma margem estreita de manobra, e muito dependerá de como os partidos, especialmente o PS e o Chega, se posicionarem até lá. O debate na generalidade está agendado para o final de outubro, seguido da votação final global a 29 de novembro.



**ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE**  
ECONOMISTA E PROFESSOR CATEDRÁTICO

## O ORÇAMENTO POSSÍVEL

Em cada ano, a proposta de Orçamento do Estado constitui a mais importante peça de política económica e financeira de um governo. As decisões sobre a despesa ilustram a dimensão da atividade das entidades públicas, o seu custo para a economia no ano seguinte e, função das decisões tomadas e da dinâmica subjacente, são um bom indicador avançado sobre o nível futuro da tributação sobre os agentes contribuintes. Por outro lado, a forma como financia essas despesas, predominantemente por via da tributação, não deixa de condicionar as disponibilidades das famílias, os custos das empresas e a remuneração que os investidores poderão recolher do risco e esforço que colocam na atividade empresarial. Na verdade, uma parte relevante da vida económica dos agentes privados, e não apenas dos agentes do Estado, vai depender da versão que venha a ser aprovada (ou não) do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025).

Sendo a aprovação do OE2025 uma competência da Assembleia da República, o documento a aprovar terá de suscitar um apoio maioritário (mais votos favoráveis que desfavoráveis), não podendo, por isso mesmo, deixar de refletir a existência de uma maioria relativa de apoio ao atual Governo. Não só coligações negativas (na perspetiva do Governo) de partidos de oposição poderão deixar marcas relevantes na proposta final a votar no final de novembro, após a discussão na especialidade, como a proposta apresentada a 10 de outubro não deixa de refletir esta realidade política fragmentada. **Parece-me claro, que a proposta que o governo apresenta não teria lugar numa situação em que este tivesse um maior apoio parlamentar ou mesmo uma maioria absoluta, mas que é fortemente condicionada pela intenção de a ver aprovada por um conjunto de partidos que comungam uma visão diferente dos interesses do país em termos económicos e de bem-estar social, que têm opções diversas sobre as políticas públicas e que têm interesses políticos diferentes.**

A discussão pública pré-apresentação do OE2025 centrou-se muito em dois temas, em função das posições do PS sobre os mesmos e por ter sido este o partido a que o governo deu primazia no processo negocial, nomeadamente porque a aritmética parlamentar dá àquele uma importância especial. No primeiro desses temas, relativo ao desenho mais favorável do imposto sobre os rendimentos dos indivíduos mais jovens, houve convergência e, do meu ponto de vista, uma melhoria na conceção da proposta. **Ao acolher as sugestões do PS, nomeadamente na modulação da redução de taxas, a proposta final do executivo é bem mais equilibrada que a inicial e reduz a dimensão do custo final da medida e a iniquidade que ela representa face aos demais grupos etários.**

Esta medida, na verdade, dirige-se à mitigação e, eventualmente, regressão de um problema que tem crescido na nossa economia, cada vez mais incapaz de proporcionar condições atrativas para que os mais qualificados dos nossos jovens permaneçam em Portugal. Por outro lado, o governo já reconheceu que este custo orçamental não vai resolver o problema, apenas oferecendo um paliativo que terá de ser necessariamente temporário. Sem uma economia pujante e uma sociedade aberta, o que só acontecerá com reformas que eliminem os estrangulamentos que até hoje perduram, o problema de fundo não será resolvido. **Acredito que, no atual contexto político e parlamentar, proceder à redução dos custos de contexto, reformar a sério mercados de fatores e produtos, não seja realizável. Também aqui estamos no domínio do possível, esperando que mais tarde surjam as verdadeiras soluções. Para já, o governo estima que o custo da medida revista ronde os 500 milhões de euros por ano.**

Também se apresenta uma proposta de alteração do Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que, mais uma vez, reflete o condicionamento político e negocial atual, afastando-se muito das intenções iniciais do executivo e das necessidades da economia portuguesa.

**A defesa que o governo tem feito de uma redução da taxa de IRC não só é correta, como urge realizar, uma vez que Portugal é, neste momento, o país com a taxa de IRC mais elevada da União Europeia.** Isto é verdade quer no que toca à taxa máxima quer à taxa efetiva, como foi recentemente publicado pelo Instituto +Liberdade. Entre nós, o imposto tem também uma estrutura complexa e uma miríade de alterações que afastam a realidade atual da simplificação pensada há 35 anos quando foi introduzido. Acresce ainda que mantém um regime em que há, de facto, uma taxa de IRC progressiva em função de métricas de dimensão das empresas. Esta medida é contraditória com o empenho do governo em promover políticas que permitam o aumento da produtividade e o crescimento económico, uma vez que toda a informação empírica disponível mostra que a produtividade das maiores companhias está muito mais próxima dos bons *standards* da Europa do que a das mais pequenas.

Já no que respeita ao IRS, para além da questão acima levantada face aos mais jovens e de alguns ajustamentos de pormenor, há uma redução para a generalidade dos contribuintes em sede deste imposto (apenas uma parte das famílias, aquelas que se encontram na aba direita da distribuição de rendimentos), uma vez que os escalões (que se mantêm) veem os seus valores atualizados em 4,6%, acima da inflação esperada. **No seu agregado, espera-se, de acordo com a proposta do governo, que a receita em IRS venha a cair mais de mil milhões no próximo ano. Há aqui um pequeno alívio fiscal para os contribuintes incluindo (ainda que proporcionalmente menos) os mais sobrecarregados.**

**A despesa, que está a crescer significativamente em 2024, terá uma evolução muito mais moderada em 2025, o que, apesar de um crescimento expressivo mas mais reduzido das receitas, levará a mais um *superavit* em 2025.** Concretamente, o comportamento da despesa em 2024 explica a diminuição de 0,8 pp do PIB do saldo orçamental no ano em curso: há um aumento do peso da despesa total de 2 pp do PIB, que é superior ao aumento do peso da receita total, que cresce 1,2 pp do PIB. Para 2025, projeta-se que a receita total (sem PRR) caia 0,3 pp do PIB (correspondente à quebra da receita fiscal em percentagem do PIB), sendo que o comportamento mais moderado do crescimento da despesa previsto, que cairá 0,5 pp para 42,5% (sem PRR), levará a que o saldo global previsto para 2025 seja positivo e de 0,3% do PIB.

O comportamento da despesa em 2024 reflete a necessidade sentida de apaziguar vários grupos de funcionários que tinham sentido a manutenção de situações de carreira desestimulantes e níveis salariais reduzidos, diminuindo a capacidade do empregador Estado em motivá-los e retê-los, sobretudo os melhores e com mais oportunidades de prosseguirem as suas carreiras fora da administração pública. Este descontentamento acabou por deteriorar ainda mais a capacidade de prestação de serviços em extensão e qualidade aos cidadãos, quer no âmbito de algumas funções sociais, como a saúde ou a educação, mas também em funções de soberania, como as forças policiais e as forças armadas ou certos operadores judiciais. O aumento do número de funcionários, de 655.000 em 2015 para 749.000 na atualidade não se traduziu em serviços melhores ou mais acessíveis. Pelo contrário, há dificuldades na saúde, na educação, nas forças de segurança e nas forças armadas ou nos tribunais. Convém notar que, apesar da fatura, é pouco razoável pensar que agora se assistirá a uma melhoria expressiva da qualidade e universalidade desses serviços, por razões de fundo. À falta de investimento (que o OE2025 tenta começar a inverter, tal como a execução de 2024) e à manutenção de procedimentos, organização e processos desfasados da tecnologia mais moderna disponível, conhecimento e necessidades no Mundo atual, junta-se a inexistência de um sistema de incentivos adequados a uma boa e moderna gestão de recursos humanos. Certamente que esta será uma preocupação do governo e deverá ser uma linha de ação na gestão pública nos próximos tempos.

**O governo dá, nesta proposta, nota expressa de que iniciou e tenciona prosseguir medidas de reforma da Administração Pública, estabelecendo como prioridade a “agregação de serviços dispersos em unidades, serviços, direções-gerais e inspeções”, assim como “o desenvolvimento dos Centros de Competência existentes, com os principais objetivos de melhorar o nível de serviço prestado aos portugueses e a criação de instituições eficazes e eficientes, transparentes, sustentáveis, inclusivas e mais próximas dos cidadãos e das empresas”.** É um início de um longo caminho de reformas se quisermos que, no futuro, a administração possa funcionar melhor, nalguns casos repondo níveis que, entretanto, perdeu, em muitos outros prestando serviços de melhor qualidade e acesso mais fácil e mais em linha com o enorme esforço que os cidadãos contribuintes fazem em cada ano. Há um sinal positivo, mas há também um enorme caminho pela frente, que exige coragem política e muita determinação.

**Trata-se, por tudo isto, de um Orçamento condicionado pelo difícil contexto político, que, por isso mesmo, está distante do que consideraria o exercício ideal para a realidade atual e, sobretudo, para as enormes exigências de um futuro em que a demografia e as correspondentes exigências no plano social reclamam muito mais eficiência na gestão da administração e sistemas públicos, e a redução dos condicionalismos atuais a um crescimento económico mais robusto.**

# CENÁRIO MACROECONÓMICO

2024



CRESCIMENTO  
ECONÓMICO

1,8%



INFLAÇÃO

2,6%



TAXA DE  
DESEMPREGO

6,6%



CRESCIMENTO DAS  
EXPORTAÇÕES DE BENS E  
SERVIÇOS (EM % DO PIB)

2,5%



CRESCIMENTO DAS  
IMPORTAÇÕES DE BENS  
E SERVIÇOS (EM % DO  
PIB)

2,9%



SALDO DA BALANÇA  
DE CAPITAL (EM%  
DO PIB)

2,5%

2025



CRESCIMENTO  
ECONÓMICO

2,1%



INFLAÇÃO

2,3%



TAXA DE  
DESEMPREGO

6,5%



CRESCIMENTO DAS  
EXPORTAÇÕES DE BENS E  
SERVIÇOS (EM % DO PIB)

3,5%



CRESCIMENTO DAS  
IMPORTAÇÕES DE BENS  
E SERVIÇOS (EM % DO  
PIB)

3,5%



SALDO DA BALANÇA  
DE CAPITAL (EM%  
DO PIB)

2,8%

# CENÁRIO ORÇAMENTAL

2024



SALDO  
ORÇAMENTAL (EM %  
DO PIB)

0,4%



TAXA DE  
DÍVIDA PÚBLICA (EM  
% DO PIB)

95,9%



RECEITA FISCAL (EM %  
DO PIB)

25%



DESPESA TOTAL (EM % DO  
PIB)

44,4%

[COM PRR]

2025



SALDO  
ORÇAMENTAL (EM %  
DO PIB)

0,3%



TAXA DE  
DÍVIDA PÚBLICA (EM  
% DO PIB) 95,9%

93,3%



RECEITA FISCAL (EM %  
DO PIB) 25%

24,7%



DESPESA TOTAL (EM % DO  
PIB) 44,4%

45,2%

[COM PRR]

# AS PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

## RENDIMENTOS

- Aumento do Salário Mínimo Nacional para 870€, chegando aos 1.020€ em 2028.
- Atualização salarial de 52,63 euros ou um mínimo de 2% para os funcionários públicos.
- Alargamento do IRS Jovem, eliminando o critério de escolaridade e fixando a idade máxima nos 35 anos. Medida terá um prazo de benefício até 10 anos.
- Atualização dos escalões de IRS em 4,6% (acima da taxa de inflação).
- Aumento das pensões de acordo com a fórmula assente na economia e inflação, mesmo aquelas que foram atribuídas em 2024.
- Reforço do Complemento Solidário para Idosos em 30 euros, com o objetivo de atingir os 820 euros até ao fim da legislatura.
- Redução em 50% da taxa de retenção autónoma de IRS sobre o trabalho suplementar.
- Prémios de desempenho com isenção de IRS e de Taxa Social Única (TSU).
- Contribuições voluntárias para instrumentos de reforma isentas de IRS e TSU.
- Aumento do mínimo de existência para 12.180 euros anuais (que continua isento de IRS).

## FISCALIDADE DAS EMPRESAS

- Redução da taxa geral de IRC para 20% em 2025. É igualmente reduzida para 16% a taxa de IRC aplicável aos primeiros €50.000 de matéria coletável para PMEs.
- Redução progressiva das taxas de tributação autónoma em IRC e IRS, alcançando 20% até 2028:
  - Os limites dos custos de aquisição de viaturas são aumentados em 10.000€;
  - Não haverá tributação autónoma sobre os encargos suportados com oferta de espetáculos;
  - As empresas que apresentem prejuízos fiscais estarão sujeitas às taxas de tributação autónoma sem agravamento.
- Contribuições extraordinárias sobre setores da banca, energia e indústria farmacêutica e indústria de dispositivos médicos são mantidas.
- Incentivos fiscais para aumentos salariais superiores a 4,7%: os encargos com aumentos salariais serão considerados a 200% para o benefício em IRC (em vez de 150% em vigor).
- Incentivo à recapitalização das empresas - dedução parcial de IRS às mais valias e dividendos.
- Alargamento da isenção do subsídio de refeição pago em cartão.
- Majoração de 20% em sede de IRC para seguros de saúde dos trabalhadores e seus agregados.
- Alargamento do regime de IVA de Caixa para empresas com faturação até 2M€.
- Aumento da dedutibilidade de gastos em operações de concentração.
- Isenção de Imposto do Selo em tesouraria centralizada.
- Criação de um grupo de trabalho para a avaliação da venda de empresas públicas.

## AMBIENTE E ENERGIA

- Contribuição extraordinária sobre o setor energético mantém-se.
- Imposto sobre veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC) mantém-se.
- Alargamento da taxa intermédia do ISV nos usados importados provenientes de países da União Europeia.
- Descongelamento da taxa de carbono, agravando o preço final da gasolina, do gasóleo e de outros produtos petrolíferos.
- Fim da isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) sobre os biocombustíveis.
- Alargamento da aplicação da taxa reduzida de 6% do IVA da eletricidade. Na prática, duplicará a parcela de consumo mensal de eletricidade sujeita à taxa reduzida do IVA
- Constituição da Agência para o Clima para gerir o Fundo Ambiental e a revisão do PNEC 2030, incluindo a atualização do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.
- Avançar com os procedimentos para a concretização dos projetos de eólico offshore.
- Investimento na Digitalização Integral do Ciclo de Água e modernização do sistema nacional de informação dos recursos hídricos.
- Governança mais efetiva e articulada das áreas marinhas protegidas e classificação de novas áreas.
- Implementação do Plano de Ação para a Economia Circular.

## TRANSPORTES

- Eliminação das portagens nas ex-SCUT a 1 de janeiro. Estarão abrangidas as portagens na A4 - Transmontana e Túnel do Marão, A13 e A13-1 - Pinhal Interior, A22 - Algarve, A23 - Beira Interior, A24 - Interior Norte, A25 - Beiras Litoral e Alta e A28 - Minho nos troços entre Esposende e Antas e entre Neiva e Darque.
- Revisão dos direitos dos passageiros dos transportes rodoviários, ferroviários, fluvial e marítimo.
- Continuação dos programas de investimento, requalificação e modernização da Rede Ferroviária Nacional.
- Desenvolvimento dos projetos de alta velocidade Porto-Lisboa e Lisboa-Madrid.
- Prossecução dos investimentos de expansão da rede do Metro de Lisboa e do Porto
- Criação do Passe Ferroviário Verde, com um custo de 20 euros mensais.
- Continuação do desenvolvimento do novo aeroporto de Lisboa.
- Revisão do regime jurídico do TVDE.

## HABITAÇÃO

- Restruturação do programa Porta 65 Jovem, com um orçamento reforçado e mais abrangente.
- Conclusão dos processos de transição dos contratos de arrendamento habitacional anteriores a 1990 (descongelamento das rendas).
- Isenção de IMT, Imposto do Selo e emolumentos de registo e a implementação de uma garantia pública no crédito bancário para a compra de habitação para jovens até aos 35 anos.
- Investimento para reabilitação do parque habitacional do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e para a promoção do parque público de habitação a custos acessíveis (autorização para contrair empréstimos com aval do Estado, até ao limite de 1,4 mil milhões de euros).
- Será apresentada uma autorização legislativa para reduzir o IVA na construção.

## SAÚDE

- Aumento da despesa com pessoal do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em cerca de 425M€ em 2025, totalizando 7,09 mil M€.
- Contribuições extraordinárias sobre a indústria farmacêutica e indústria de dispositivos médicos são mantidas.
- Reforço dos acordos com os setores privado e social para robustecer a resposta nos centros de saúde.
- Construção de novas unidades de saúde: novo Hospital de Todos os Santos em Lisboa, novo Hospital de Barcelos, novo hospital do Oeste, novo Hospital Central do Algarve, ampliação para novas valências no Hospital de S. Teotónio, em Viseu, e a ampliação e requalificação profundas do Hospital Joaquim Fernandes, em Beja.
- Construção de 20 novas unidades de saúde, garantindo a acessibilidade, a qualidade, o conforto e a segurança aos utentes e aos profissionais de saúde e adaptando os edifícios aos novos modelos de cuidados de saúde.
- Aumento da capacidade de resposta de hospitalização domiciliária, através da possibilidade de prestação de cuidados no domicílio, em articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o setor social e a comunidade em geral.
- Criação da Agência Nacional de Saúde Digital.
- Remodelação do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Infarmed.
- Concretização do Registo de Saúde Único Eletrónico.

## DIGITALIZAÇÃO

- Implementação da Estratégia Nacional Para o Digital com inclusão da visão do Governo para a Inteligência Artificial (IA).
- Conclusão da Transposição da NIS2 e criação de uma nova Estratégia nacional para a segurança do ciberespaço, um Plano Nacional de Resposta a crises e incidentes de cibersegurança, e um Quadro de Referência Nacional para a cibersegurança.
- Criação da Agência Nacional de Saúde Digital.
- Concretização do Registo de Saúde Único Eletrónico.
- Aquisição de bens e serviços, designadamente para a promoção da inovação educativa e pedagógica e o desenvolvimento de competências digitais, no valor de 666,2M€.
- Publicação de orientações para o uso de smartphones nas escolas.

## EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

- Alocação de 5,85 mil M€ para a valorização das carreiras, recuperação do tempo de serviço dos professores e contratação de pessoal docente.
- Aquisição de bens e serviços, designadamente para a promoção da inovação educativa e pedagógica e o desenvolvimento de competências digitais, no valor de 666,2M€.
- Publicação de orientações para o uso de smartphones nas escolas.
- Reforço do acesso a creches e à Educação Pré-escolar, através da oferta existente no Estado e nos setores social e privado, com o objetivo que seja universal e gratuito.
- Recrutar docentes aposentados e prolongar a vida ativa dos professores.
- Apostar na profissionalização de imigrantes diplomados.
- Reforço da oferta de camas no ensino superior através de protocolos com a Inatel/Movijovem (709 camas), e criação de uma linha de 5,5M€ para Instituições de Ensino Superior que celebrarem protocolos com entidades públicas, privadas e do setor social (1546 camas).
- Conclusão de 300 novos centros tecnológicos especializados, que representam uma despesa de 480 M€.
- Criação de 5000 *start-ups* (ou empresas em fase de arranque) como resultado da investigação científica e a presença de 5500 doutorados fora do contexto académico.

## AGRICULTURA

- Reforço do apoio ao investimento no setor agrícola.
- Implementação do Plano Nacional Água 2025-2035 e o Plano REGA.
- Melhorar a resiliência dos territórios contra os incêndios rurais.

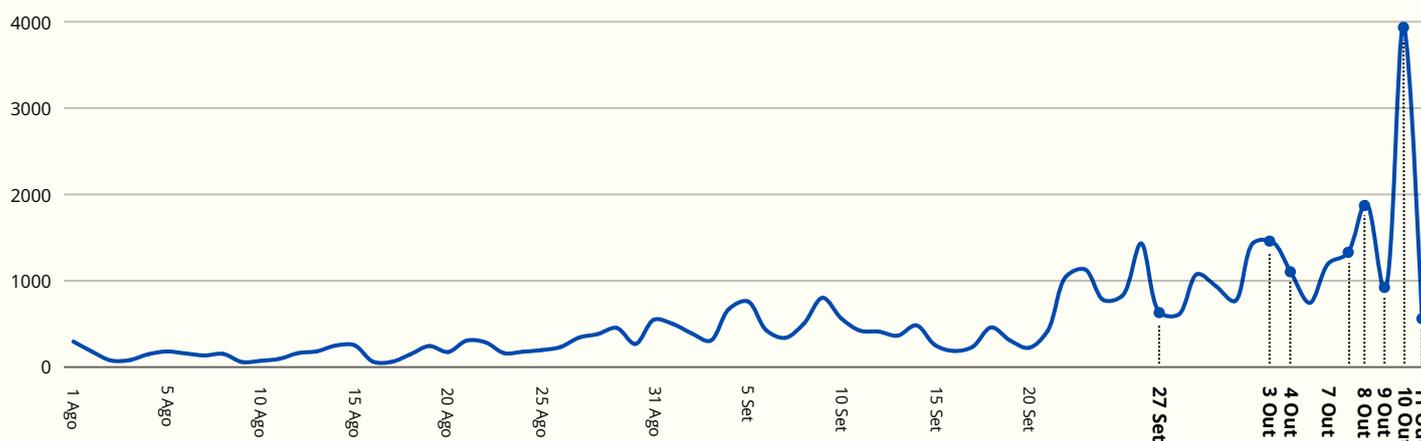
# ORÇAMENTO DO ESTADO

## ANÁLISE AO UNIVERSO DIGITAL

Esta secção analisa a conversa em torno do Orçamento do Estado para 2025, no universo digital em Portugal. Foram analisadas 38 426 menções recolhidas das várias plataformas, incluindo Facebook, Instagram, X, notícias online, fóruns e blogs. A análise abrange o período entre 1 de agosto e a manhã de 11 de outubro, com o objetivo de identificar os tópicos mais relevantes e as principais tendências de conversação.

A metodologia utilizada centra-se na análise de grandes volumes de dados, com especial atenção à segmentação de temas e grupos de discussão.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO EM TORNO DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2025



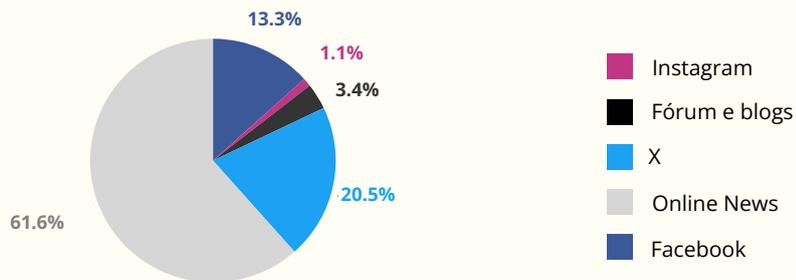
A **27 de setembro**, começaram as negociações formais entre Luís Montenegro e Pedro Nuno Santos, com a apresentação da primeira proposta do PS, que o Primeiro-Ministro qualificou como “radical e inflexível”. Este evento gerou um aumento significativo nas menções e discussões sobre o tema.

A **3 de outubro**, o Primeiro-Ministro indicou no Parlamento a intenção de apresentar ao PS uma proposta que descreveu como “irrecusável”, impulsionando ainda mais o envolvimento nas conversas públicas. No dia seguinte, a **4 de outubro**, o PS respondeu com uma contra-proposta, sinalizando uma intensificação do processo de negociação.

No dia **7 de outubro**, o Governo reuniu em Conselho de Ministros extraordinário para pré-aprovar o OE, marcando uma fase decisiva nas discussões. Logo a seguir, no dia **8 de outubro**, o PS e o Chega reuniram-se com os respetivos grupos parlamentares para discutir o documento, enquanto o Primeiro-Ministro deu uma entrevista à Maria João Aveliz, contribuindo para um pico adicional de menções.

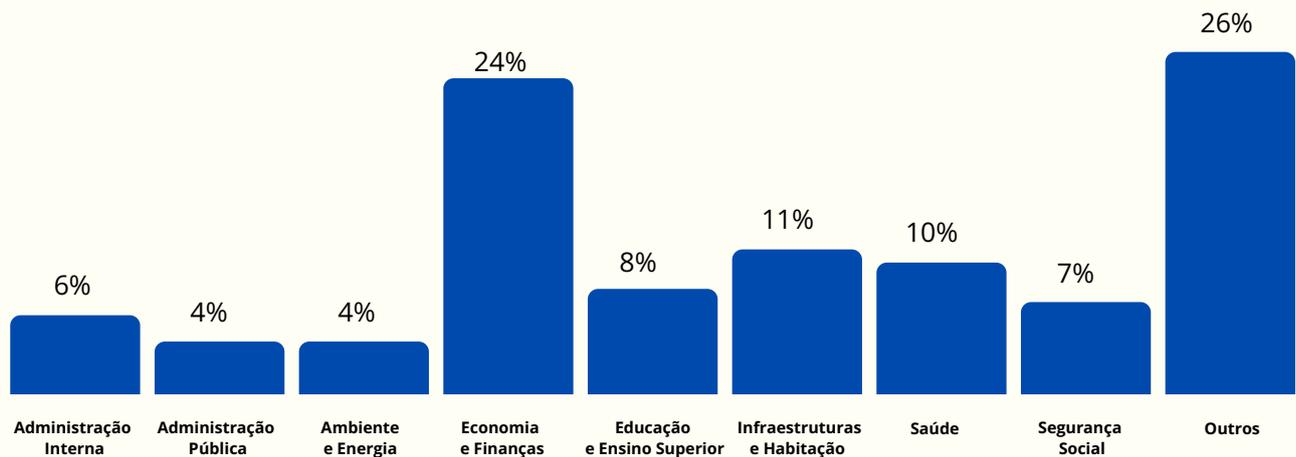
A **9 de outubro**, a proposta de OE2025 foi oficialmente aprovada em Conselho de Ministros, e no dia seguinte, **10 de outubro**, o Orçamento foi finalmente apresentado.

## GRÁFICO 2 - NÚMERO DE MENÇÕES POR FONTE



O gráfico 2 apresenta a distribuição das menções sobre o Orçamento do Estado para 2025, segmentada pelas diferentes plataformas e meios de comunicação monitorizados. A maior parte das menções foi registada em **notícias online** (61.6%), seguindo-se o **X** (20.5%) e o **Facebook** (13.3%). **Fóruns e blogs** somaram 3.4% das menções, enquanto o **Instagram** representou uma parcela menor (1.1%). Este panorama reflete a **predominância da escolha dos meios tradicionais** e de redes sociais específicas, como o X, para a discussão do tema.

## GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS TEMAS DE DISCUSSÃO

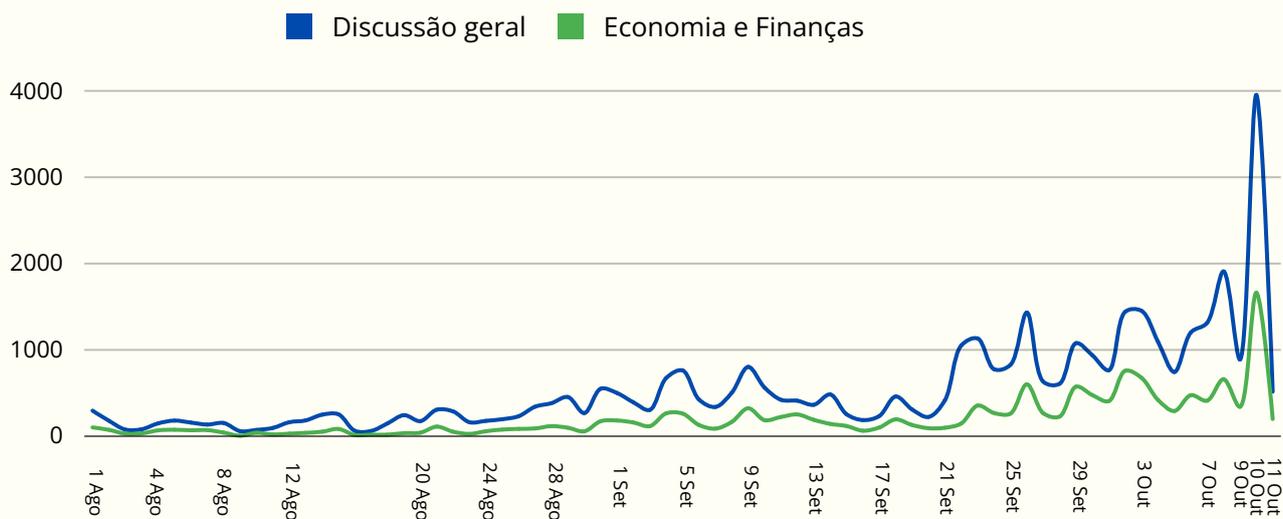


O gráfico 3 ilustra os temas que dominaram as discussões sobre o Orçamento do Estado para 2025, no universo digital. A área "Economia e Finanças" foi a mais discutida com as negociações sobre o IRS Jovem, o IRC e as políticas fiscais em geral a liderarem. "Infraestruturas e Habitação" foram outro foco relevante, abrangendo temas como o passe ferroviário, a construção de habitação e a privatização da TAP.

A discussão sobre temas da área da saúde centrou-se no SNS e nas questões relacionadas com os médicos, enquanto o setor da "Educação e Ensino Superior" foi impulsionado pelas negociações com os docentes e o debate sobre as propinas.

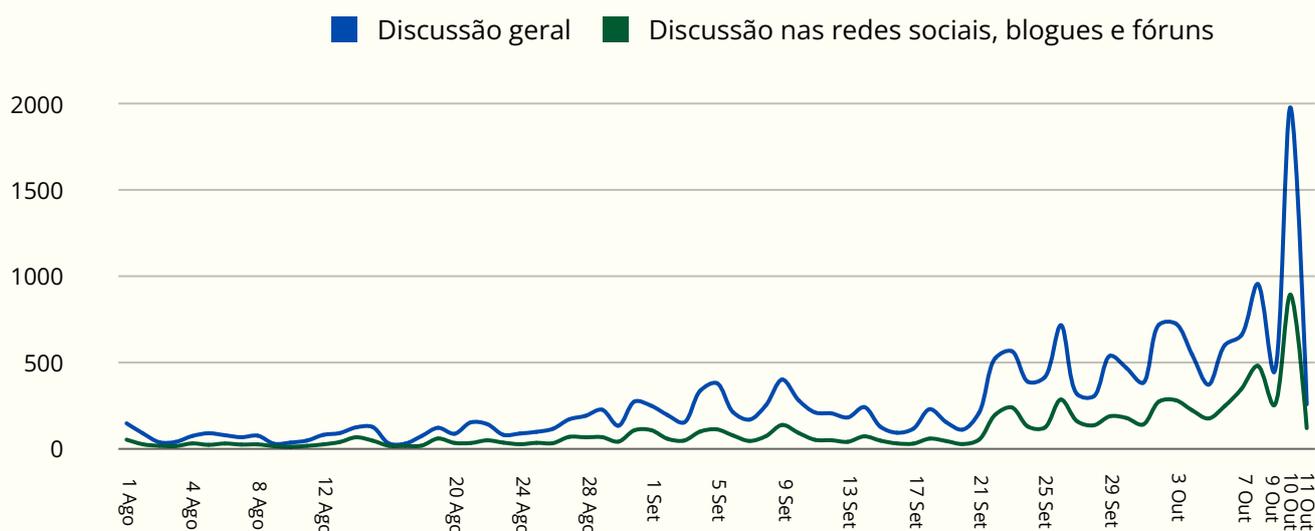
A categoria "Outros" agrupa menções que não se enquadram nas áreas específicas, refletindo frequentemente conversas mais generalistas ou discussões acaloradas nas redes sociais, envolvendo tanto personalidades públicas como cidadãos anónimos.

**GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA “ECONOMIA E FINANÇAS”**

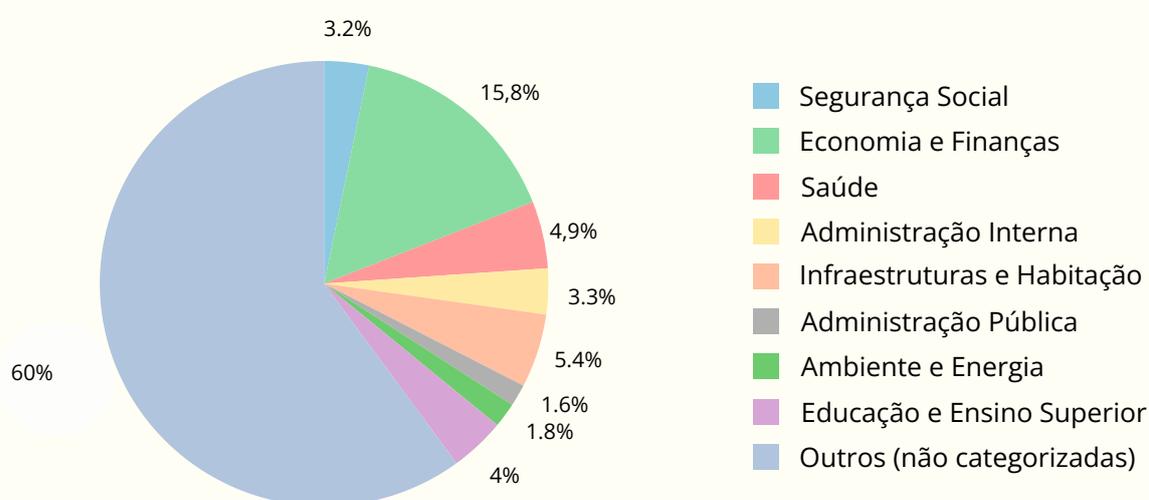


No gráfico 4, podemos acompanhar a discussão sobre temas de “Economia e Finanças”, comparando-a com a discussão global. A discussão sobre a baixa de impostos para as empresas (IRC) corresponde a 42% do total das menções enquanto o tema do IRS Jovem foi abordado em 34% das vezes.

## GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO NO UNIVERSO DIGITAL



No gráfico 5, podemos observar a evolução da discussão em torno do Orçamento do Estado para 2025 nas redes sociais, blogues e fóruns ao longo do tempo. Nota-se um aumento expressivo nas menções à medida que se aproxima o mês de outubro, refletindo o crescente interesse público pelo tema.



É importante destacar que, excluindo os meios noticiosos, as menções não categorizadas representam cerca de 60% das interações, um aumento significativo em comparação com os 26% observados quando se inclui as notícias online. Esse fenómeno pode ser atribuído à menor tecnicidade das discussões nas redes sociais, onde o debate tende a ser mais acalorado e menos estruturado.

Apesar disso, nas redes sociais, blogues e fóruns, o tema mais discutido continua a ser “Economia e Finanças” (15,8%), embora com uma abordagem diferente.

Estes dados revelam que, embora as discussões nas redes sociais, blogues e fóruns sejam mais superficiais, os tópicos centrais do Orçamento do Estado também são discutidos nestas plataformas.



## JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

*Em entrevista à RTP*

“Com um crescimento económico em torno dos 2% e com este Orçamento que deu hoje entrada no parlamento, o país continuará a ter um *superavit* em 2025 e depois nos anos seguintes (...) Se o orçamento não for aprovado, o Governo terá de tomar uma decisão sobre o que faz a seguir. Não é o Ministro das Finanças sozinho, é uma decisão em primeiro lugar do Primeiro-Ministro (...) Devemos focar-nos em tentar ao máximo aprovar este Orçamento e pedir responsabilidade a quem na oposição tem de ter responsabilidade, nomeadamente o PS. Este é um bom Orçamento para o país, é um Orçamento que reduz impostos e que aumenta os rendimentos”.



## PEDRO DUARTE

MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

*Em entrevista à SIC Notícias*

“Sinceramente, de forma muito genuína, acredito [na viabilização pelo PS]. Não consigo sequer perceber como é que alguém como o PS não vai viabilizar um Orçamento que tem estas características: descida de impostos, aumento de salários, aumento de pensões, carreiras da Administração Pública a serem valorizadas, investimento público a crescer. Por que razão não vai viabilizar? É um bocadinho estranho perceber”.



## ALEXANDRA LEITÃO

LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

“Este Orçamento não tem o acordo do PS (...) A partir daqui vamos analisar livremente e decidir o sentido de voto a seu tempo (...) O PS é o último partido a quem é preciso apelar à responsabilidade. Aliás, se este Governo se tem permitido fazer uma série de coisas, é porque herdou uma situação única na história da democracia em matéria de contas públicas. Portanto, esse apelo [do Ministro das Finanças] à responsabilidade do PS é bastante desnecessário”.



## HUGO CARNEIRO

DEPUTADO DO PSD

“Este não é um mundo de fantasia. E como não é um mundo de fantasia, temos de lidar com responsabilidade e com sentido de Estado (...) Não vejo como o Orçamento do Estado possa ser inviabilizado pelo PS embora tenham o seu tempo para tomar decisões (...) Se o Orçamento for aprovado na generalidade, não o podemos descaracterizar na especialidade”.



**ANDRÉ VENTURA**  
LÍDER DO PARTIDO CHEGA

“É uma traição à direita. Espero que o Primeiro-Ministro tenha ainda, nos próximos dias, a hipótese de mudar isto e fazer uma alteração, apresentando um novo Orçamento a esta casa. Ou se remodela e se volta atrás na traição ou a minha palavra é esta: irrevogável”.



**RUI ROCHA**  
LÍDER DA INICIATIVA LIBERAL

“Estamos perante uma enorme decepção: um Orçamento que foi negociado com o PS, que apresenta níveis de carga fiscal semelhantes aos apresentados por um Governo socialista, que apresenta despesa corrente ao nível daquela que era apresentada por governos do PS, que prevê um crescimento económico similar ou até, em alguns casos, abaixo do que foi alcançado por governos do PS (...) Será que o PSD da campanha eleitoral votaria favoravelmente o Orçamento apresentado pelo PSD do Governo? Tenho muitas dúvidas que as duas entidades pudessem sequer entender-se.”



**MARIANA MORTÁGUA**  
COORDENADORA DO BLOCO DE ESQUERDA

“Este Orçamento tem algumas medidas que foram compromissos que todos os partidos assumiram antes das eleições e que tinham aprovação garantida e para as quais havia mais que margem orçamental. O que define este orçamento não são essas medidas; são as escolhas sobre a política fiscal que valem muito mais do que essas medidas (...); é uma política de saúde que vai dismantelar o SNS e são as rendas mais altas de sempre e que não há forma de descer porque todas as medidas deste Orçamento vão aumentar o preço das casas”.



**PAULA SANTOS**  
LÍDER PARLAMENTAR DO PCP

“Não houve nenhuma surpresa e este orçamento confirma as apreensões do PCP. Trata-se de uma proposta de um Governo que prossegue uma política de degradação dos serviços públicos, de novas privatizações, uma política assente em baixos salários e baixas reformas. É um orçamento que é somente desejado pelos grupos económicos e pelas multinacionais. Mas é também um orçamento de continuidade das opções da maioria absoluta do PS, que aprofunda injustiças e desigualdades. Não há resposta aos problemas mais prementes das pessoas”.



**RUI TAVARES**  
LÍDER DO PARTIDO LIVRE

“O Livre sente-se completamente livre para analisar o documento, mas acima de tudo para o alterar. Acreditamos que, com a configuração parlamentar que existe, é possível que muitas ideias que este partido transporta tenham futuro, como foi o caso do passe ferroviário. O Livre vai apresentar uma proposta de criação de uma rede de transporte escolar ecológica e elétrica que sirva não só para as crianças em idade escolar, mas também para populações com mobilidade reduzida”.

**PAULO NÚNCIO**

LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS

“Perante este orçamento, a pergunta que os portugueses fazem é: um Orçamento que vai melhorar os salários, que vai melhorar as pensões, que vai reduzir os impostos e que vai garantir o cumprimento integral do PRR, como é que é possível que a oposição tenha tantas dúvidas em viabilizá-lo?”

**INÊS SOUSA REAL**

LÍDER DO PARTIDO PAN

“Difícilmente iremos conseguir acompanhar um orçamento que põe por terra compromissos ambientais e da proteção animal a par de chegarmos às pessoas. Não nos vamos demitir de, caso passe para a especialidade e seja viabilizado pelo bloco central, de contribuir para que a maioria parlamentar possa repor esta justiça que tem de ser feita quer do ponto de vista ambiental, quer social e na dimensão da proteção animal”.

# CALENDÁRIO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

**ENTREGA DO ORÇAMENTO DO ESTADO - 10 DE OUTUBRO**

**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE**

**AUDIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E  
DAS FINANÇAS**  
28 DE OUTUBRO ÀS 15H00

**AUDIÇÃO DA MINISTRA DO TRABALHO,  
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**  
29 DE OUTUBRO ÀS 15H00

**DISCUSSÃO NO PLENÁRIO - 30 E 31 DE OUTUBRO**

**CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DEPENDENTE DA APROVAÇÃO NA GENERALIDADE**



**APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE**

ENTRE **4 E 15 DE NOVEMBRO** DECORREM AS AUDIÇÕES DOS MEMBROS DE GOVERNO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES

**\*15 DE NOVEMBRO:** FIM DO PRAZO PARA PARTIDOS ENTREGAREM PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

**AUDIÇÃO DA MINISTRA DO  
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E  
SEGURANÇA SOCIAL**  
15 DE NOVEMBRO ÀS 09H00

**AUDIÇÃO DO MINISTRO DAS  
FINANÇAS**  
15 DE NOVEMBRO ÀS 15H30

ENTRE **18 E 22 DE NOVEMBRO** DECORREM A ANÁLISE E AS VOTAÇÕES NA ESPECIALIDADE

ENTRE **22 E 28 DE NOVEMBRO** DECORRE A DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE EM PLENÁRIO



**VOTAÇÃO FINAL GLOBAL**  
**29 NOVEMBRO**

PROMULGAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO E PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA



**CONTACTOS JLM&A**

headoffice@jlma.pt

+351 213 845 720

Rua Joshua Benoliel, 6  
Edif. Alto das Amoreiras, 4º A, 1250-133, Lisboa